

Populismo, Extrativismo e a Transformação Social do Brasil

Henry Veltmeyer 

Universidad Autónoma de Zacatecas – Zacatecas, Zacatecas, México.

e-mail: hveltmeier@gmail.com

Resumo

Este ensaio busca expor as forças de transformação estrutural desencadeadas no processo de desenvolvimento capitalista extrativo no Brasil e a ascensão do populismo de direita na forma de Jair Bolsonaro. Este artigo busca elucidar as forças de transformação estrutural desencadeadas no processo de desenvolvimento capitalista extrativista no Brasil e a ascensão do populismo de direita na figura de Jair Bolsonaro. A metodologia ampliada poderia ser descrita como a economia política do desenvolvimento capitalista. É usado dentro da estrutura do materialismo histórico e de uma teoria marxista do desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, argumenta-se que o regime populista de direita de Bolsonaro e seu regime extrativista ambientalmente destrutivo representaram um ataque fundamental aos direitos à terra dos povos indígenas do país, bem como aos direitos da natureza de forma mais ampla, com referência especial aqui para a Amazônia como um dos maiores depósitos de recursos necessários para enfrentar a crise ambiental global¹. O interlúdio do regime bolsonarista é usado para revelar as implicações da ascensão global do populismo e do autoritarismo no início do século 21 no contexto de uma crise social e ambiental multidimensional em escala global. Sob as políticas de Bolsonaro, o Brasil era uma parte muito importante do problema, enquanto o Brasil poderia ser uma parte importante da solução. Se as políticas de Lula vão nos levar até lá é uma questão em aberto.

Palavras-chave: Bolsonaro; populismo autoritário; capital extrativista; novo extrativismo; neodesenvolvimentismo; desmatamento.

Populism, Extractivism and the Social Transformation of Brazil

Abstract

This paper seeks to expose the forces of structural transformation unleashed in the process of extractive capitalist development in Brazil and the rise of right-wing populism in the form of Jair Bolsonaro. The methodology employed might be described as a the political economy of capitalist development. It is employed within the framework of historical materialism and a Marxist theory of capitalist development. Within this framework it is argued that Bolsonaro's populist and right-wing regime, and his environmentally destructive extractivist regime, represented an attack on the working class and a fundamental assault on the territorial rights of the country's indigenous peoples as well as more broadly the rights of nature, with particular reference here to the Amazon as one of the world's greatest repositories of resources needed for confronting the global environmental crisis. The interlude of the

¹ A floresta amazônica é a maior floresta tropical do mundo, cobrindo uma área de 3.000.000 quilômetros quadrados (1.158.306,48 milhas quadradas). Representa mais da metade das florestas tropicais do planeta e compreende a maior e mais biodiversa extensão de floresta tropical do mundo. Esta região inclui território pertencente a nove nações. A maior parte da floresta está contida no Brasil, com 60%, seguido pelo Peru com 13%, Colômbia com 10 %, e com pequenas quantidades na Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

short-lived Bolsonaro regime is used to draw out the implications of the global rise of populism and authoritarianism in the early 21st century in the context of a multidimensional social and environmental crisis on a global scale. Under Bolsonaro's policies Brazil was very much part of the problem, whereas Brazil could be an important part of the solution. Whether Lula's policies will take us there is an open question.

Keywords: Bolsonaro; authoritarian populism; extractive capital; new extractivism; neodevelopmentalism; logging.

Populismo, Extractivismo y la Transformación Social de Brasil

Resumen

Este artículo busca exponer las fuerzas de transformación estructural desatadas en el proceso de desarrollo capitalista extractivo en Brasil y el ascenso del populismo de derecha en la forma de Jair Bolsonaro. Este artículo busca exponer las fuerzas de transformación estructural desatadas en el proceso de desarrollo capitalista extractivo en Brasil y el surgimiento del populismo de derecha en la forma de Jair Bolsonaro. La metodología podría describirse como la economía política del desarrollo capitalista. Se emplea en el marco del materialismo histórico y una teoría marxista del desarrollo capitalista. Dentro de este marco, se argumenta que el régimen populista y de derecha de Bolsonaro, y su régimen extractivista ambientalmente destructivo, representaban un ataque a la clase trabajadora y un asalto fundamental a los derechos territoriales de los pueblos indígenas del país, así como más ampliamente a los derechos de la naturaleza, con especial referencia aquí a la Amazonía como uno de los mayores depósitos de recursos necesarios del mundo. para enfrentar la crisis ambiental global. El interludio del efímero régimen de Bolsonaro se utiliza para descubrir las implicaciones del aumento global del populismo y el autoritarismo a principios del siglo 21 en el contexto de una crisis social y ambiental multidimensional a escala global. Bajo las políticas de Bolsonaro, Brasil era una parte muy importante del problema, mientras que Brasil podría ser una parte importante de la solución. Si las políticas de Lula nos llevarán allí es una pregunta abierta.

Palabras-clave: Bolsonaro; populismo autoritario; capital extractivo; nuevo extractivismo; neodesarrollismo; deforestación.

Introdução

Grande parte do discurso crítico sobre o fenômeno do bolsonarismo (a saber, a breve presidência de Jair Bolsonaro) o vê exclusivamente através das lentes e da perspectiva da política eleitoral como expressão do populismo de direita, em consonância com o surgimento nos últimos anos em várias partes do mundo do populismo autoritário de direita (ver, por exemplo, Berberoglu, 2020; Borrás, 2018; Kestler, 2022). Nessa leitura do bolsonarismo, ele se reduz a um fenômeno passageiro de irracionalidade política, algo como um pesadelo do qual o país despertará com a vitória eleitoral de Luiz Inácio da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o retorno de Lula à presidência, espera-se que se restaure a normalidade dos pactos sociais no que diz respeito a uma distribuição equitativa do produto social dentro do quadro político do neodesenvolvimentismo, modelo econômico desenhado por economistas da CEPAL (sobre isso ver Bresser-Pereira, 2007; Leiva, 2008).

Como apontou o sociólogo De Faria (2022), isso põe fim à visão do bolsonarismo como uma aberração e um fenômeno passageiro. De Farias argumenta - e este observador concorda - que o fenômeno do bolsonarismo é a expressão de transformações mais profundas na estrutura da sociedade de classes no Brasil, escondendo desafios futuros em uma luta de classes em curso e no processo de transformação produtiva e social que o Brasil, juntamente com outros países da região, experimenta.

O objetivo deste ensaio é decifrar o movimento bolsonarista e o populismo de direita, a fim de expor as forças de transformação estrutural associadas ao avanço e à dinâmica do capital “extrativo” (investimentos estrangeiros na extração de recursos naturais principalmente para exportação aos mercados capitalistas). Essas forças estão operando em toda a região (e em outras partes do mundo, sem dúvida), mas, além de referenciar outras experiências semelhantes na região, o foco central deste artigo será o Brasil. O argumento apresentado é construído da seguinte forma.

Primeiro, reconstruo no contexto latino-americano os três ciclos de desenvolvimento da resistência que ocorreram nas últimas três décadas na era neoliberal. Em segundo lugar, reconstruo algumas das principais transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira associadas à instalação de uma nova ordem mundial de globalização neoliberal no início dos anos 1980. Defendo que essas transformações expressam o funcionamento das forças desencadeadas pelo advento da nova ordem mundial, particularmente no que diz respeito ao modelo neoliberal e à agenda política de reformas estruturais e ao avanço do capital “extrativista” no processo de desenvolvimento. Em terceiro lugar, reconstruo a dinâmica política associada a esses desenvolvimentos (neoliberalismo, extrativismo), com especial referência ao surgimento da chamada “virada à esquerda” ou “maré rosa” de regimes políticos progressistas, que Castañeda (2012) e Edwards (2010), entre outros, veem como de esquerda ou populismo (LEVITSKY e ROBERTS, 2011).²³

Esse argumento inclui a referência à forma assumida pelo neoliberalismo na América Latina - a região que passou pela transformação neoliberal mais abrangente do mundo -, mas ao mesmo tempo constitui seu “elo mais fraco” (Sader, 2008). Há várias questões sobre essa transformação de particular interesse. Uma diz respeito a um processo de desenvolvimento que se desenvolveu em todo o mundo em diferentes contextos históricos e regionais, a saber, a transformação do campesinato em proletariado industrial;

² O neoliberalismo, tal como entendido por David Harvey (2003), é ‘uma teoria das práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser promovido pela libertação de liberdades e habilidades empresariais individuais dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e o comércio livre’.

³ Outros, inclusive este autor, vê a chamada “maré russa” como o regresso à tradicional política de centro-esquerda relatada pelo ‘neodesenvolvimentismo’, a saber, um desenvolvimento mais inclusivo do Consenso Pós-Washington sobre a necessidade de regresso do Estado para colocar em prática uma nova política social de redistribuição de renda voltada para a redução da pobreza (LEIVA, 2008; LEVITSKY e ROBERTS, 2014).

ou, no contexto latino-americano, um semiproletariado de trabalhadores rurais sem terra. Esse processo de proletarização remonta ao que Marx descreveu como um processo de “acumulação primitiva”⁴ pela expropriação dos meios de produção de pequenos produtores diretos (os camponeses), transformando-os em um exército de reserva de trabalho excedente, uma força de trabalho composta por trabalhadores forçados a trocar sua força de trabalho por um salário digno, um proletariado industrial. O atual ciclo de desenvolvimento e resistência capitalista - como a fase inicial do desenvolvimento capitalista na era do colonialismo europeu e do imperialismo extrativista - envolve predominantemente a resistência de comunidades indígenas na fronteira externa contra o avanço e os impactos destrutivos da indústria extrativa, o capitalismo e a apropriação dos bens comuns. Sobre essas dinâmicas de resistência dessas comunidades indígenas na fronteira extrativista, ver, entre outros, Barkin e Sanchez (2019) e Zibecchi (2005).⁵

Em resposta às prescrições do Consenso de Washington e à demanda por recursos naturais nos mercados capitalistas, os governos da região na década de 1980 foram forçados a abandonar a política de industrialização por substituição de importações (ISI), que nas três maiores economias da região (Argentina, Brasil e México) valeu a pena na forma de industrialização e do crescimento de um poderoso movimento sindical. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, as forças de produção que se acumularam ao longo de décadas no setor industrial foram efetivamente destruídas. No Brasil, por exemplo, enquanto a industrialização da economia mundial aumentou entre 1980 e 2020, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro diminuiu de forma constante, de 21,1% em 1980 para 11,9% em 2020 (DE FARIAS 2022). Este processo, que envolveu o virtual desaparecimento de um proletariado industrial incipiente, pode ser atribuído em parte a um enfraquecimento do movimento operário e a uma dispersão de suas forças de resistência.

O que era diferente e distinto desse processo era como ele se relacionava com um desenvolvimento semelhante no setor agrícola, resultando na formação de uma classe trabalhadora com algumas características decididamente únicas. Com a

⁴ A forma mais visível e extensivamente estudada deste semiproletariado rural na América Latina é o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, que, juntamente com a CONAIE, a Federação das Nacionalidades Indígenas do Equador, nos anos 90 liderou a resistência contra o capitalismo na forma da agenda política neoliberal, criando condições que no novo milênio levaram ao desencanto generalizado e à rejeição do neoliberalismo, permitindo que a classe política da esquerda capturasse o aparato estatal. Quanto à dinâmica desse processo, ver Petras e Veltmeyer (2011, 2013).

⁵ Esta fase inicial do desenvolvimento capitalista na era do colonialismo europeu implica um sistema baseado em acumulação de capital comercial (mercantilismo) no regime colonial e imperialista do Estado, e saquear a riqueza dos recursos naturais para não mencionar a apropriação de bens comuns dos povos originários e dos povos originários. Sobre a resistência das comunidades na fronteira extrativista, ver Girvan (2014).

implosão do mercado de trabalho formal nos centros urbanos nas décadas de 1980 e 1990, a massa de “camponeses” despossuídos forçados a migrar para as cidades em busca de um modo de vida alternativo tornou-se um semi-proletariado de trabalhadores rurais sem terra ou precariado urbano de trabalhadores informais autônomos (STANDING, 2011). Trata-se de um semiproletariado, que pode ser visto como a nova classe trabalhadora latino-americana – a “classe perigosa”, nas palavras de Standing – e que constituiu a base social de uma luta de classes por salários e terras na era neoliberal. No entanto, na década de 1990, as forças de resistência mais poderosas montadas contra o avanço do capitalismo e da agenda política neoliberal foram mobilizadas por movimentos camponeses de trabalhadores rurais sem terra e comunidades indígenas.

A classe trabalhadora no setor industrial, que estava na vanguarda da luta de classes nas décadas anteriores de desenvolvimento capitalista, estava visivelmente ausente, com suas poderosas forças de resistência enfraquecidas ou dissipadas. No final da década de 1990, o ativismo político desses movimentos camponeses conseguiu deter o avanço do capital e descarrilar a agenda política neoliberal, criando condições para um ciclo progressista na política latino-americana, uma “maré rosa” de regimes pós-neoliberais voltados para uma forma mais inclusiva de desenvolvimento.

O ensaio termina com uma discussão sobre as forças de resistência mobilizadas contra o avanço do capital “extrativista” em busca de recursos, o extrativismo, no processo de desenvolvimento. No contexto brasileiro, a política dessa resistência se manifestou mais claramente no MST e no regime político do Partido dos Trabalhadores liderado por Inácio [Lula] da Silva, político e ex-líder sindical que foi o 35º presidente do Brasil de 2003 a 2010. O argumento apresentado neste contexto é de que a atual conjuntura do processo de desenvolvimento capitalista, com especial referência à crise sistêmica associada ao avanço do capital extrativo e seu ataque tanto ao meio ambiente quanto aos meios de subsistência, bem como à correlação das forças de classe com o fenômeno do bolsonarismo (populismo de direita), é favorável à esquerda. Como o sociólogo Emir Sader (2011) apontou, apesar do sucesso eleitoral de Lula em superar as notórias divisões dentro da esquerda e da multidão no que equivalia a uma frente única, a esquerda brasileira sob Bolsonaro estava mais unida do que nunca, em resposta às

suas políticas reacionárias que privilegiaram o capitalismo de livre mercado e o extrativismo.

Este artigo busca expor as forças de transformação estrutural desencadeadas no processo de desenvolvimento capitalista extrativista no Brasil e a ascensão do populismo de direita na figura de Jair Bolsonaro. A metodologia ampliada poderia ser descrita como a economia política do desenvolvimento capitalista. É usado dentro da estrutura do materialismo histórico e de uma teoria marxista do desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, argumenta-se que o regime populista de direita de Bolsonaro e seu regime extrativista ambientalmente destrutivo representaram um ataque à classe trabalhadora e um ataque fundamental aos direitos territoriais dos povos indígenas do país, bem como de forma mais ampla, aos direitos da natureza, com especial referência aqui à Amazônia como um dos maiores repositórios de recursos necessários do mundo, para enfrentar a crise ambiental global. O interlúdio do efêmero regime bolsonarista é usado para revelar as implicações da ascensão global do populismo e do autoritarismo no início do século 21 no contexto de uma crise social e ambiental multidimensional em escala global. Sob as políticas de Bolsonaro, o Brasil era uma parte muito importante do problema, enquanto o Brasil poderia ser uma parte importante da solução. Se as políticas de Lula vão nos levar até lá é uma questão em aberto.

Notas metodológicas

O ensaio aborda o desenvolvimento do agroextrativismo como marco conceitual, fenômeno histórico e como característica da economia política contemporânea da mudança agrária na América Latina. O método empregado é uma análise científica (isto é, estruturalista) da economia política dentro do quadro analítico e teórico do materialismo histórico, e uma teoria marxista do desenvolvimento capitalista das forças de produção e da resistência gerada no processo. Construímos a dinâmica das forças de desenvolvimento e resistência capitalistas associadas aos avanços do capital extrativo na agricultura – o agroextrativismo – em seu contexto histórico de advento de uma nova fase na evolução do sistema mundial e no contexto regional específico do advento de Jair Bolsonaro no cenário político brasileiro. A análise político-estrutural desse processo pressupõe a objetividade das condições geradas pelas forças do desenvolvimento capitalista. Nossa análise estruturalista-política é baseada em uma revisão sistemática da literatura mais relevante análise secundária dos dados e insights fornecidos por estudos anteriores sobre o assunto por autores confiáveis, tais como: associado ao *Journal of Peasant Studies* e à Revista Nera no contexto do Brasil.

Isso nos dá confiança na objetividade dos dados e suas interpretações. De fato, o objetivo é penetrar na realidade, decifrando sua aparência por aproximações analíticas. Nossa metodologia inclui uma revisão sistemática da literatura mais relevante, em particular aquelas associadas a Estudos Críticos do Desenvolvimento (sobre a metodologia utilizada nesses estudos ver Veltmeyer e Delgado (2018)).

A dinâmica de desenvolvimento e resistência do capitalismo extrativo

Um truísmo político, que também passa a ser um princípio fundamental da economia política marxista, é que todo avanço no desenvolvimento das forças produtivas gera um desenvolvimento das forças de resistência. Esse truísmo pode ser traçado historicamente na forma de uma série de ciclos de resistência ao desenvolvimento que caracterizaram a evolução do capitalismo de uma fase mercantilista inicial do imperialismo extrativista na era do colonialismo europeu para a fase atual do capitalismo extrativo no que tem sido descrito como a era neoliberal. Esta última fase do processo de desenvolvimento capitalista pode ser rastreada a partir da instalação, na década de 1980, de uma nova ordem mundial baseada na crença nas virtudes do capitalismo de livre mercado e também na necessidade percebida de libertar as “forças da liberdade econômica” (capital, mercados, empresa privada) das restrições regulatórias do Estado desenvolvimentista que, na era pré-neoliberal do desenvolvimento liderado pelo Estado, ou desenvolvimentismo, havia assumido a responsabilidade primária de promover o desenvolvimento das forças produtivas.

Essa nova ordem mundial criou um quadro institucional e político, e um contexto completamente diferente, para o desenvolvimento das forças produtivas associadas às relações sociais de produção. Esse quadro assumiu a forma de uma agenda política de reformas estruturais neoliberais que desencadeou, e de fato gerou, poderosas forças de mudança e transformação estruturais, incluindo expansão e grandes fluxos de capital na forma de investimento estrangeiro direto em larga escala na década de 1990 e na década seguinte. A Tabela 1 (ver abaixo) apresenta a distribuição setorial desses fluxos de capital na década de 1990. Uma característica marcante desses fluxos é a expansão relativa do capital "extrativo" em busca de recursos dedicado a investimentos em aquisição de terras em larga escala – grilagem de terras, na linguagem de estudos agrários críticos (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012) – e à extração de recursos naturais (hidrocarbonetos e biocombustíveis, minerais e metais industriais, produtos agroalimentares) com o objetivo de exportá-los de forma primária: o extrativismo, como é entendido hoje (GUDYNAS, 2017).

Tabela 1: Distribuição percentual do IED por setor na América Latina.

	2000	'01	'02	'03	'04	'05	'06	'07	'08
Recursos naturais	10	12	12	11	12	13	12	15	30
Indústria	25	26	38	35	38	37	36	35	22
Serviços	60	61	51	48	46	48	51	49	47

Fonte: J.M. Arellano (2010). Com base em dados da CEPAL.

O impacto desses fluxos de capital, juntamente com o desmantelamento das políticas de substituição de importações "orientadas para dentro" promovidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), combinado com a virada de muitos governos latino-americanos à agenda política neoliberal ordenada pelo Consenso de Washington, provocou uma profunda transformação das economias da região, com efeitos importantes na estrutura social e no bem-estar da população (NADAL, 2011; PETRAS e VELTMEYER, 2001). Tais processos levaram à destruição das forças produtivas que se acumularam ao longo de décadas nos setores agrícola e industrial.

Um resultado notável desses processos foi a formação de um poderoso movimento de resistência liderado por camponeses, ou do que restou do campesinato após muitas décadas de desenvolvimento capitalista - ou seja, um semiproletariado de trabalhadores rurais sem terra, visto pelo Banco Mundial (2007) e outros órgãos de cooperação internacional como "os pobres rurais" (a esse respeito, ver MENDES PEREIRA, 2012).

As comunidades camponesas rurais e aqueles despossuídos ou violentamente expropriados pelas forças do desenvolvimento capitalista na era pré-neoliberal do desenvolvimento liderado pelo Estado - o velho desenvolvimentismo do crescimento com políticas de equidade - lideraram a resistência ao avanço do capitalismo das décadas de 1950 a 1970. Mas esses movimentos, que se autodenominam "exércitos de libertação nacional", no final da década de 1970 foram derrotados por uma estratégia de três frentes de desenvolvimento local: projetos integrados de desenvolvimento rural, reforma agrária limitada e implantação pelo Estado de seu aparato repressivo de força armada (VELTMEYER, 2005).

Na década de 1980, em resposta aos impactos destrutivos da agenda neoliberal e dos programas de ajuste estrutural associados, esses movimentos foram reconhecidos ou renasceram e, na década de 1990, lideraram a resistência à agenda política neoliberal. Dois dos mais poderosos desses movimentos indígenas e camponeses e que conseguiram com seu ativismo político impedir o avanço dessa agenda foram a CONAIE (uma confederação

de nacionalidades indígenas no Equador) e o MST. Este último, como o maior e mais influente desses movimentos, não só liderou a resistência contra o avanço do capitalismo neoliberal, mas formou um núcleo do que se tornou La Via Campesina, um consórcio global de movimentos de resistência composto por 182 organizações locais e nacionais de pequenos agricultores ou “camponeses”. Sobre a dinâmica política e o desenvolvimento desse movimento, que inclui não apenas a resistência organizada ao avanço do capitalismo neoliberal no setor agrícola, mas a construção de propostas efetivas e viáveis para uma forma alternativa de desenvolvimento agrícola, ver VERGARA-CAMUS (2014).

Outro resultado do avanço do capital extrativo e do desenvolvimento capitalista na era neoliberal, a saber, a expansão do capital extrativo e o recuo do capital industrial, foi um notável enfraquecimento do poder do trabalho organizado (refletido na capacidade dos sindicatos de negociar acordos, inclusive para mobilizar apoio para uma greve geral). No caso do Brasil, esse processo de desindustrialização se manifesta na redução da participação dos produtos manufaturados no total das exportações, de 15,4% em 1970 e de 49,7% em 1987 para 36% em 2021 (CEPAL, 1991: 109; CEPAL, 2012). O processo de desindustrialização subjacente a essas estatísticas pode ser ligado não apenas à implantação da agenda política neoliberal, mas à dinâmica associada a uma mudança setorial no fluxo de capital na década de 1990, afastando-se do setor industrial em direção ao avanço do capital extrativo. Até a década de 1990, esses influxos de capital, livres de restrições regulatórias sob as regras da nova ordem mundial, eram predominantemente direcionados para a expansão da indústria e dos serviços, mas na década de 1990 e na década de 2000 cada vez mais assumiu a forma de projetos “extrativistas” em busca de oportunidades de lucro na aquisição e extração de terras, matérias-primas e recursos naturais para os quais havia uma demanda crescente – minerais e metais industriais, combustíveis fósseis de hidrocarbonetos, biocombustíveis e vários produtos agroalimentares – e a exportação desses recursos para os mercados capitalistas na forma de produtos primários.

A modernização e a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo extrativo

Nas últimas três décadas, a América Latina experimentou um aumento notável no volume de investimento estrangeiro direto na extração de recursos naturais, a fim de exportá-los na forma de produtos primários. Essa expansão do fluxo de “capital extrativista” deveu-se, em grande parte, a fatores interrelacionados: (i) falta de dinamismo no setor industrial; (ii) o dinamismo dos preços das matérias-primas regionais e o consequente

aumento da demanda por commodities baseadas em recursos; e iii) a virada de muitos governos da região em direção à agenda política neoliberal e a uma estratégia de desenvolvimento extrativista para aproveitar a vantagem comparativa da região em sua riqueza de recursos naturais e a crescente demanda por esses recursos nos mercados capitalistas. Nessa orientação para o extrativismo, os governos da região acolheram ou procuraram ativamente atrair investimentos estrangeiros em uma coincidência de interesses econômicos (lucros para empresas, rendas de recursos e receitas fiscais adicionais para os governos). Essa coincidência de interesses econômicos é um fator importante na possível explicação para a dramática expansão setorial e distribuição dos fluxos de investimento estrangeiro na década de 1990, e a tendência pronunciada para o capital extrativo em busca de recursos, uma tendência que também pode ser atribuída indiretamente a uma tendência de (re)primarização das exportações.

Quanto ao aumento quase exponencial e à distribuição setorial dos fluxos de IED para a América Latina na era neoliberal, os dados são surpreendentes e reveladores. Pesquisa de Rivera-Batiz (2000) mostra que seis dos doze países que receberam o maior IED do mundo na década de 1990 e no novo milênio vieram da América Latina, ponto de destino de mais de 80% dos fluxos de capital, e metade desses fluxos foram direcionados ao Brasil. Além disso, enquanto a participação das indústrias extrativas nos fluxos globais de IED diminuiu ao longo da década de 1990, a América Latina experimentou um aumento de seis vezes nos fluxos de IED nos primeiros quatro anos da década; seguiu-se outro aumento acentuado de 1996 a 2001, que em menos de 10 anos triplicou o volume de capital estrangeiro acumulado na região na forma de subsidiárias de empresas estrangeiras (CEPAL, 2012, p. 71-72).

Outro importante influxo de capital ocorreu na primeira década do novo milênio, sob condições de um "boom das commodities" (OCAMPO, 2007). No final desse boom, a América Latina havia recebido 26% do capital investido globalmente em exploração e extração mineral. A maior parte desses investimentos foi para quatro países, com o Brasil mais uma vez respondendo pela maior parte.

Essas tendências nos fluxos de entrada de capital na forma de IED na década de 1990 manifestaram-se ou foram paralelas a um padrão de (re)primarização das exportações, que representou um aumento na produção para exportação de bens de baixo valor agregado com base em matérias-primas e recursos naturais e um aumento na proporção de produtos primários em relação às exportações totais (bem como um aumento nas receitas fiscais) derivados de exportações primárias. A (re)primarização das exportações latino-americanas está profundamente enraizada na estrutura centro-periferia das relações internacionais, que Lênin identificou como uma característica fundamental do que no início do século 20 ele considerava como "imperialismo, o estágio mais avançado do capitalismo".

No entanto, a integração da América Latina na nova ordem mundial deu um impulso adicional e uma nova reviravolta à primarização.

Tabela 2: Exportações de produtos primários, % das exportações totais.

	1990	2000	2004	2006	2008	2011
Argentina	70.9	67.6	71,2	68.2	69.1	68.0
Bolívia	95,3	72.3	86.7	89.8	92.8	95,5
Brasil	48.1	42.0	47.0	49.5	55.4	66.2
Chile	89,1	84,0	86,8	89,0	88,0	89,2
Colômbia	74,9	65,9	62,9	64.4	68.5	82,5
Equador	97,7	89,9	90,7	90,4	91,3	92,0
México	56.7	16.5	20,2	24,3	27.1	29,3
Peru	81,6	83,1	83.1	88.0	86,6	89,3
Venezuela	89,1	90,9	86.9	89.6	92.3	95,5
América Lat	66.9	40,9	46,2	51,0	56,7	60.0

Fonte: CEPAL (2004, 2012).

Enquanto as exportações de produtos primários como porcentagem das exportações totais da América Latina diminuíram de 1990 a 2010, elas aumentaram de 48,1% para 66,2% para o Brasil (ver Tabela 2). Essa tendência, que também se manifestou em menor grau na Colômbia, no Peru e na Venezuela, apresenta o impacto de vários fatores estruturais discutidos acima. No entanto, tal processo também reorientou a política brasileira do desenvolvimentismo para o neoliberalismo. Apesar de sua retórica modernizadora, tanto o PSDB quanto o PT que antecederam o regime bolsonarista estimularam um acelerado processo de reprimarização da agenda exportadora brasileira. Isso, sem dúvida, representou um compromisso com o neoliberalismo, mas também foi, em parte, uma resposta às limitações e instabilidades das crises financeiras globais que aumentaram em frequência e intensidade na década de 1990, e que levaram o presidente Lula no limiar do boom das matérias-primas primárias nos mercados capitalistas a recorrer a uma estratégia neoextrativista como fonte de receita tributária adicional que poderia ser usada para financiar um programa de redução da pobreza (neodesenvolvimentismo).

Dinâmicas do desenvolvimento capitalista e do agroextrativismo na era neoliberal

A expansão das indústrias extrativas está afetando agora muito mais dimensões da vida social do que no caso dos projetos de mineração do primeiro ciclo de desenvolvimento capitalista da era mercantil do imperialismo extrativo (Girvan, 2014). Por essa razão, na América Latina, alguns analistas começaram a escrever sobre o “neoextrativismo” com referência a esse processo muito mais intenso que envolve o esgotamento mais rápido do solo, o aumento do uso de produtos químicos na agricultura e no processamento mineral, além da orientação para a exportação com pouco ou nenhum valor agregado localmente (GUDYNAS, 2013; SVAMPA, 2015; BURCHART e DIETZ 2014). A diferença entre o extrativismo clássico, que remonta aos primórdios do colonialismo europeu e do imperialismo extrativista, e o neoextrativismo é que, neste último, as receitas fiscais adicionais derivadas das exportações de commodities são usadas pelos governos progressistas para financiar programas sociais de redução da pobreza. Sobre isso, veja Svampa (2015) e Veltmeyer e Petras (2014).

Com o conhecimento adquirido por esses analistas sobre a dinâmica do extrativismo nas indústrias de mineração e seus impactos socioambientais, podemos examinar mais claramente as maneiras pelas quais as comunidades na fronteira extrativista foram (ou estão sendo) desenraizadas de suas comunidades e territórios pelas forças do desenvolvimento capitalista e do extrativismo, da invasão de economias ilegais no setor privado relacionadas ao cultivo de drogas (coca, ópio, etc.) e da exploração madeireira em larga escala, que, juntamente com a expansão da economia da soja e da pecuária, resultaram em um nível desastroso de desmatamento (KRÖGER, 2022; MALHI, TIMMONS; BETTS, KILLEEN; WENHONG, NOBRE, 2008).

O desmatamento da floresta amazônica, predominantemente o resultado da pecuária, mas também da agricultura de subsistência cortada e queimada e, nos últimos anos, terras mecanizadas que produzem soja, palma e outras culturas, tem sido um problema de longa data que nenhum presidente antes de Lula foi capaz ou desejou enfrentar. Lula, em seu primeiro e segundo governo, tentou lidar com o problema tanto no meio ambiente quanto nos povos indígenas da Amazônia com regulamentos protetivos, mas estes foram logo abandonados por Bolsonaro, resultando em um aumento drástico na taxa de desmatamento (KRÖGER, 2020).⁶

O problema do desmatamento e a imensa escala e rápida taxa de aceleração nos últimos anos, particularmente sob o regime extrativista neoliberal de Bolsonaro, foram

⁶ Para uma revisão sistemática da volumosa literatura sobre o desmatamento da floresta amazônica, sem dúvida o principal exemplo do alcance global dos impactos destrutivos do agroextrativismo ver Watkins e Griffiths (2020).

amplamente documentados em numerosos relatórios e estudos acadêmicos. Parece que a grande maioria da atividade agrícola que resultou em desmatamento ao longo dos anos e regimes posteriores a Vargas foi subsidiada pela receita tributária do governo (para os últimos anos e regimes ver Nações Unidas, 2015). Em 1995, 70% das terras anteriormente florestadas na Amazônia e 91% das terras desmatadas desde 1970 haviam sido convertidas em pecuária. Grande parte do desmatamento remanescente na Amazônia até então e nos anos seguintes resultou do desmatamento de terras pelos agricultores ou do agroextrativismo na forma de terras mecanizadas para a produção de soja, palma e outras culturas flexíveis (MARGULIS, 2004).

O Brasil tem se mostrado um importante laboratório para o estudo científico dessas dinâmicas de desenvolvimento e das forças associadas à resistência indígena. Por exemplo, estudos recentes documentaram um grau sem precedentes de desmatamento associado tanto à expansão do capitalismo extrativo nos setores pecuário e soja, quanto às operações madeireiras ilegais do setor privado e ao enfraquecimento da proteção ambiental pelo governo Bolsonaro (o próprio Bolsonaro argumentou que mais agropecuária e mineração na Amazônia reduziriam a pobreza). Nessas condições, e com a abertura indiscriminada da Amazônia como fronteira “livre” de acumulação de capital por Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia aumentou para níveis recordes, atingindo em 2021 o maior nível em décadas (MILHORANCE, 2021). A taxa de desmatamento, associada também à violência contra povos indígenas e à exploração ilegal de suas terras no Brasil em 2021 triplicou desde que Bolsonaro assumiu o cargo em 2019.⁷

A Amazônia tem sido o ponto focal de uma série de estudos recentes sobre essas dinâmicas de desenvolvimento no contexto da presidência de Bolsonaro e seu desmantelamento sistemático de proteções e regulamentações ambientais, que abriram a Amazônia - a maior floresta tropical e repositório de biodiversidade do mundo - como fronteira de acumulação de capital e globalização, queima e derrubada de vastas extensões de floresta por implacáveis empresas madeireiras e pecuaristas. A importância desse desmatamento em larga escala reside em seu devastador impacto ambiental local e global, que além do aquecimento global inclui a perda de produtividade e biodiversidade e a redução do ciclo de produção de água. E isso está antes de qualquer consideração do igualmente devastador desmatamento sobre as comunidades e os meios de subsistência, e até mesmo vidas, dos guardiões indígenas dessa biodiversidade.

Refletindo a atração gravitacional do capital extrativo e do extrativismo, a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho na década de 1990 mudou rapidamente, e com essa mudança veio uma nova correlação de forças entre as ações das classes dominantes

⁷ Sobre o crescimento da economia ilícita relacionado não só ao cultivo destinado ao tráfico de drogas, mas também à exploração madeireira e desmatamento – narcocapitalismo, podemos dizer – ver Gutierrez (2001).

que compõem o bloco de poder que governa o país. Uma nova estrutura política, econômica e cultural se consolidou na virada do século XXI. Conforme observado por De Farias (2022), houve uma consolidação de frações das classes dominantes ligadas à produção e comercialização de matérias-primas minerais, agrícolas e agro-processadas. Esses setores econômicos compartilham algumas características comuns, tais como: (i) cadeias produtivas de baixa densidade com capacidade limitada de promover relações sociais cada vez mais complexas, diversificadas e dinâmicas; (ii) baixa capacidade de geração de empregos decentes no setor formal e horizontes estreitos para a extensão da cidadania assalariada à classe trabalhadora; (iii) um processo voraz de grilagem de terras, combinado com a degradação dos territórios sob sua influência ou controle; e (iv) mobilização direta ou indireta da violência paramilitar na forma de guerra capitalista e controle social, incluindo genocídio e apropriação dos bens comuns (DE FARIAS, 2022; PALEY e GRANOVSKY-LARSEN, 2019).

Nesse contexto, novos centros de energia foram formados em áreas urbanas de médio porte do interior do Brasil, especialmente aquelas ligadas ao complexo soja, que tem demonstrado uma impressionante capacidade de reorganizar grande parte do território nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 (no limiar de um *boom* global de *commodities*) e 2018 (seis anos antes do fim do boom, que viu o PIB cair de uma média de 3,5-5,0% para zero), a produção de soja no país aumentou de 32,8 milhões de toneladas para 117,9 milhões de toneladas, enquanto a área de produção de soja aumentou de 13,7 milhões de hectares para 34,8 milhões de hectares (DE FARIAS, 2022). No contexto desse “desenvolvimento”, o componente da elite agrária da classe dominante consolidou sua posição dentro do complexo soja, que hoje engloba o Cone Sul (Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e o Brasil), e exigiu novos canais de representação política, permitindo à classe dominante nessas áreas exercer hegemonia a nível regional, se não nacional, aumentando o seu poder de decisão e influência.

Em sua localização na periferia do sistema capitalista mundial –formada no início do século XX no contexto do que Lênin havia descrito como “imperialismo”, a América Latina foi arrastada para a divisão internacional do trabalho como exportadora de mercadorias primárias, um papel que foi reforçado no período pós-Segunda Guerra Mundial do capitalismo. No entanto, apesar da característica pronunciada dessa modalidade de “desenvolvimento” (ou seja, a primarização das exportações), vários países (notadamente Brasil, Argentina e México) começaram a se industrializar como resultado de uma política de industrialização de substituição de importações. Mas com a virada para o neoliberalismo na década de 1980, os governos da região foram forçados a abandonar essa política industrial e retornar ao seu papel tradicional de fornecedor de recursos naturais na forma de produtos primários, um desenvolvimento que pode ser identificado como um processo de reprimarização das exportações.

Preparando o terreno para o novo Brasil

O pacto social entre capital e trabalho estabelecido pela Constituição de 1988 expressou os poderes e limites do conjunto de forças sociais que desempenharam um papel relativamente proeminente no processo que levou ao fim da ditadura civil-militar no Brasil. Estruturado de modo a preservar a estrutura de poder consolidada durante a ditadura, o quadro institucional formalmente democrático estabelecido pela Constituição permitiu, no entanto, a ampliação dos canais de pressão popular sobre o poder público e a criação de ferramentas para uma relativa redução das desigualdades sociais, tendo o Brasil uma das distribuições sociais de riqueza mais desiguais de terra e renda no mundo (DE FARIAS, 2022).

Durante as últimas quatro décadas da 'Nova República', a transformação estrutural da sociedade brasileira se intensificou, dando origem ao surgimento de novas forças com preocupações e horizontes que vão além do pacto social estabelecido em 1988. Dentre as transformações na estrutura da sociedade de classes no Brasil realizadas no contexto dessas reformas, o que se destaca é o processo de desindustrialização e o consequente enfraquecimento e virtual desaparecimento de um incipiente proletariado industrial. E De Farias (2022) argumenta que a dinâmica de desenvolvimento associada ao avanço da agenda política neoliberal também pode ser traçada no aparato ideológico (mídia, universidades públicas, federações industriais e aparatos partidários) que em décadas anteriores permitiram à intelectualidade orgânica e frações das classes dominantes no Sudeste, particularmente em São Paulo, consolidar em nível nacional um relativo consenso na sociedade civil sobre a industrialização como estratégia nacional de desenvolvimento (DE FARIAS, 2022).

Esse consenso foi forjado sob a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), que buscava um pacto político com os industriais do Sul, mantendo fortes laços com as elites agrárias para fazer a transição para uma economia industrializada. Posteriormente, essa estratégia se consolidou no pós-guerra sob o conselho político dado pelos economistas da CEPAL ao governo para perseguir uma estratégia de industrialização por substituição de importações. No entanto, os acontecimentos da década de 1980 e a subsequente liberalização e internacionalização da economia brasileira minaram o projeto de modernização e industrialização que foi assumido pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e reforçaram o poder e os privilégios das elites oligárquicas dentro do que era um Estado patrimonial (GARCÍA e BORBA DE SÁ, 2021). Ao contrário da ilusão de que a integração do Brasil na ordem mundial neoliberal fomentaria uma dinâmica de crescimento

econômico, a inserção do Brasil no chamado processo de globalização corroeu as bases da economia capitalista do país.

Nesse contexto, é surpreendente o fracasso da intelligentsia paulista em se unir em torno do PSDB na disputa das eleições nacionais nas últimas duas décadas. Outro aspecto desse fracasso é a oportunidade e o espaço político que ele criou tanto para o sucesso eleitoral do PT sob a liderança de Lula [Lula] quanto para a subsequente ascensão do bolsonarismo.

O Partido dos Trabalhadores (PT), no final dos anos 1990 e 2000, evidentemente ainda era capaz de mobilizar a classe trabalhadora dentro do quadro político do neodesenvolvimentismo. Mas isso não tinha nada a ver com o avanço de uma agenda de industrialização modernista; tratava-se de alcançar os pobres urbanos e rurais por meio da implementação de programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família (Valencia, 2013). Ao mesmo tempo, parece que o PT não tem sido capaz de oferecer à sua base social um horizonte estratégico para criar novos valores para uma forma alternativa mais inclusiva de pós-desenvolvimento baseada na justiça social e ambiental. Segundo De Farias (2022), isso se deve ao esgotamento do discurso (neo)desenvolvimentista dos governos liderados pelo PT, que optaram pela reindustrialização brasileira liderada pelo poder público e por empresários elevados à condição de “atores globais” como condição para alcançar maior autonomia nacional e estender a cidadania assalariada às massas populares.

Se nas décadas de 1950 e 1960 a estratégia desenvolvimentista e o compromisso com uma burguesia nacional culminaram em tragédia, nos anos 2000 e 2010 – como assinala De Farias – a virada para a retórica tradicional da esquerda brasileira foi uma farsa.

De um ciclo progressista ao surgimento do populismo de direita

A presidência de Lula corresponde a um ciclo progressista na política latino-americana, bem como a um ciclo de expansão e recessão das exportações de commodities primárias. A desaceleração dos preços das *commodities* em 2012, que coincidiu com o fim do ciclo progressista na política, viu uma redução drástica na taxa de crescimento econômico do Brasil de cerca de cinco por cento para zero. O fim do boom das commodities não foi de forma alguma o único fator responsável pelo fim do governo do PT liderado por Lula e depois por Dilma Rousseff, ex-chefe de gabinete de Lula. Com certeza, havia outros fatores contribuintes, mas o colapso do *boom* das *commodities* nos mercados capitalistas foi um fator importante de contradição. De qualquer forma, Bolsonaro, que liderou uma coalizão de forças da direita política e fez campanha com um programa populista, foi eleito presidente (outubro de 2018) com 55,1% dos votos populares. Nos anos

e meio seguintes, Bolsonaro presidiu um regime dedicado a explorar as vantagens que a riqueza de recursos naturais do Brasil deu ao país no mercado capitalista global. No processo, o programa de modernização progressista ou novo extrativismo, iniciado por Lula na forma de uma política social de transferências de recursos financeiros para famílias pobres, foi abandonado em favor de um programa populista neoliberal de políticas agroextrativistas que acentuou e levou a um ponto crítico as contradições endêmicas do capitalismo e do extrativismo. A diferença entre o regime extrativista do governo petista e o do governo Bolsonaro poderia ser metafóricamente descrita como a dialética da cenoura e do pau, ou extrativismo com o capitalismo humano (desenvolvimento inclusivo, ou neodesenvolvimentismo, implementado com “responsabilidade social corporativa”) versus a guerra travada contra a natureza e a comunidade indígena e não indígena dos “pobres rurais” na fronteira extrativista.

As políticas reacionárias do regime de Bolsonaro incluíram o apoio ao investimento estrangeiro em indústrias extrativas nos setores industrial e agrícola, particularmente no que diz respeito à expansão da produção de soja e à industrialização baseada em recursos que aumentam as oportunidades para os produtores de recursos maximizarem os lucros. No entanto, apesar da importância para o governo Bolsonaro das indústrias extrativas nesses setores, o maior impacto do regime político e da política populista de Bolsonaro tem sido no que o próprio governo descreve como o “desenvolvimento” da Amazônia, mas que outros (por exemplo, Fearnside, 2005) chamam de “ataque” à riqueza e à biodiversidade dos recursos naturais da região, que tomou a forma de uma guerra contra os povos indígenas que habitam o interior da Amazônia e fornecem um obstáculo ao plano do governo de explorar mais plenamente a riqueza de recursos naturais da região.

A importância estratégica da Amazônia e a guerra de Bolsonaro

Uma característica marcante do regime político de Bolsonaro nos últimos três anos é sua preocupação estratégica em desenvolver o potencial econômico da enorme reserva de recursos naturais na região amazônica, um dos maiores bolsões de recursos comuns que ainda não foi reduzido ao status de propriedade privada no mundo de hoje. O que está em jogo aqui para os muitos críticos do ataque frontal do regime Bolsonaro à ecologia da Amazônia, bem como a guerra travada contra a população indígena, é como entender as forças que estão impulsionando as cadeias de produtos minerais e agroprocessados que ligam a região amazônica ao mercado global e explicar o feroz ataque à população indígena que habita o interior daquela região. De acordo com alguns relatos (ver Estes, 2021), o presidente efetivamente deu nova licença para o assassinato dessas pessoas, vendo-as como obstáculos aos planos do governo de aproveitar ao máximo o enorme reservatório e a

riqueza dos recursos naturais. Enquanto os governos anteriores, que por todas as contas também cobiçavam o acesso e a exploração desses recursos, estavam dispostos a confiar nas forças e no funcionamento normal do capital (acumulação por espoliação, agroextrativismo) e resistir ao impulso de erradicar ou expulsar as comunidades indígenas de seus territórios, inclusive para fornecer-lhes uma medida de proteção de direitos territoriais dos povos indígenas e proteção contra as forças igualmente destrutivas da iniciativa privada ilícita, mas não de Bolsonaro. Ao assumir a presidência, Bolsonaro quase imediatamente lançou uma feroz guerra contra a população indígena que habita o interior da região amazônica, isso sem levar em conta ou se preocupar com o meio ambiente ou com as pessoas que o protegem. Nas palavras de Célia Xacriabá, líder indígena amazônica entrevistada por Nick Estes (indígena e ativista associado à Nação Vermelha, organização de esquerda liderada por indígenas comprometida com o projeto de descolonização e libertação indígena), “Bolsonaro primeiro atacou uma mulher, a terra, nossa mãe... Não temos escolha a não ser revidar.”

O sociólogo De Farias (2022), juntamente com outros pesquisadores e acadêmicos ativistas (por exemplo, García e Borba de Sá), têm focado sua preocupação na dinâmica de desenvolvimento e resistência desencadeada pelo ataque do governo Bolsonaro ao meio ambiente e aos povos indígenas da Amazônia em termos da ideia de que esse governo aprofundou e ampliou um processo de “acumulação primitiva permanente” na região amazônica, ou “acumulação por espoliação”, como diria Harvey (2003). Historicamente, aponta De Farias (2022), a apropriação ultra concentrada de terras públicas no interior do Brasil foi um pilar fundamental para a formação do capital urbano industrial ao longo do século XX. Assim, ele aponta, períodos de estagnação no processo de acumulação de capital durante os ciclos ditatoriais foram inevitavelmente seguidos por um avanço acelerado do capitalismo ou das forças do desenvolvimento capitalista (a expropriação e expulsão da população local, em sua maioria indígena) na fronteira amazônica, com ênfase na Marcha para o Oeste durante o Estado Novo de Vargas na década de 1940, e sobre os incentivos fiscais e creditícios concedidos pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia durante a ditadura entre 1964 e 1985.

Passar rapidamente à atual conjuntura do desenvolvimento capitalista, a importância do assalto do governo Bolsonaro à Amazônia e da guerra travada contra a população indígena, bem como seu atual flerte com a abertura da Amazônia a uma nova dinâmica de desenvolvimento capitalista não é, portanto, simplesmente uma intensificação de um regime de pilhagem dos recursos naturais da região amazônica. De maior importância, pode-se argumentar, é que esse processo ostensivo de acumulação primitiva hoje não parece mais servir de alavanca para impulsionar os processos de industrialização do país. Ou seja, a expropriação de comunidades na fronteira extrativista e seu

deslocamento forçado não desencadearam uma dinâmica de acumulação. Pelo contrário, o processo parece ter se tornado um horizonte estratégico em si mesmo, capaz de unificar frações das classes dominantes que apoiam e estão associadas ao governo de Bolsonaro. Constituem um bloco de poder no parlamento forjado em um contexto de abortamento das pretensões de um Brasil moderno da indústria e sua regressão a um modelo primário de exportação. Uma força motriz por trás do recurso do governo Bolsonaro a esse modelo é o avanço do capital extrativo e seu investimento na ⁸expansão das plantações de soja na Amazônia, que atualmente representa a maior ameaça ao meio ambiente com seu estímulo ao investimento maciço do governo em infraestrutura, como hidrovias, ferrovias e estradas. O “desenvolvimento de infraestrutura”, observa Fearnside (2001), “desencadeia uma cadeia insidiosa de investimento e especulação que se pode esperar que destrua mais florestas do que plantações como tais.”

De acordo com um mapa publicado pelo jornal Nexo, em abril de 2017 cerca de 47% do território brasileiro ainda eram compostos por terras públicas concentradas principalmente no Norte, incluindo áreas militares, terras indígenas, unidades de conservação e terras públicas ainda não alocadas (DE FARIAS, 2022). De acordo com esta publicação, as terras indígenas já representam 13% da superfície do país, destacando três partes da federação com os maiores percentuais de áreas indígenas em seus territórios: Roraima (46%), Amazonas (28%) e Pará (22%). Por sua vez, as unidades de conservação ambiental correspondem a 12% da área do país, onde novamente três estados se destacam pela proporção dessas unidades em suas terras: Amapá (63%), Acre (32%) e Pará (26%).

As terras públicas, especialmente aquelas vulneráveis a disputas, grilagem de terras e desmatamento ilegal, que incluem terras públicas não alocadas ou “desprotegidas” (às quais o governo federal ainda não deu destino), correspondem a dez por cento do território nacional (mais do que as áreas de São Paulo e Minas Gerais juntas) e estão concentradas nos estados do Amazonas (35%), Acre (19%) e Roraima (17%).

A unidade estratégica dos setores ligados ao agronegócio e ao neoextrativismo deriva do objetivo comum de transformar essas reservas de recursos públicos em renda fundiária. O relatório Cartografias da Violência na Região Amazônica - publicado em 2021 e elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em colaboração com o Instituto Clima e Sociedade e o Grupo de Pesquisa da Terra (UEPA), registra a extensão da violência mobilizada pelo desenvolvimento capitalista do interior e pela economia ilegal em rápido crescimento formada à margem e no fundo desse desenvolvimento, especialmente as culturas que fornecem o lucrativo, mas ilegal, comércio de drogas e exploração madeireira, que ajudaram a alimentar e acelerar um processo de desmatamento com consequências

⁸ O bloco de poder por trás do aparente projeto de Bolsonaro de destruir a Amazônia e seu povo consiste em uma coalizão de forças de direita que reúne o agronegócio, o lobby das armas e evangélicos; no Parlamento, é coletivamente conhecida como o bloco "Boi, Bala e Bíblia".

devastadoras para o meio ambiente e os meios de subsistência rurais das comunidades indígenas.

De acordo com o relatório mencionado acima (ver De Farias, 2022), de 2011 a 2020 houve um aumento de 47,3% nas mortes violentas intencionais (MIVs) na região amazônica, com destaque para o crescimento dos homicídios em municípios rurais e intermediários da Amazônia, em contextos de intensificação de crimes ambientais e conflitos fundiários. Comparando as taxas de mortes violentas intencionais por áreas ocupadas em 2020, o relatório observa que os municípios com as maiores taxas são aqueles sob pressão de desmatamento (37,1 por 100.000 habitantes), seguidos por municípios desmatados (34,6) e municípios não desmatados (29,7), enquanto os municípios florestais têm a menor taxa de letalidade na região (24,9).

O relatório também observa que a violência decorrente da grilagem de terras, do desmatamento, do mercado ilegal de madeira e da mineração ilegal tem sido alimentada pela presença de facções do crime organizado e disputas entre elas sobre rotas nacionais e transnacionais de drogas pela região. Essa crescente proeminência de uma economia ilícita e a complexa articulação com as redes elétricas relacionadas aos crimes socioambientais fizeram com que, entre 1980 e 2019, a taxa de mortalidade por homicídios tenha crescido 260,3% na região Norte, enquanto na região Sudeste caiu 19,2% no mesmo período.

Os povos indígenas da região amazônica são um dos principais alvos dessa escalada de violência, mas também são uma importante fonte de resistência ao avanço do capitalismo extrativo e à expansão de uma economia ilícita. O relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2020, identificou neste ano 263 casos de invasões de bens, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio em pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados (sobre isso ver De Farias, 2022).

O relatório destaca, ainda, a crescente presença de militares e policiais na instituição: 27 das 39 Coordenadorias Regionais da Funai tinham chefes nomeados fora das fileiras do órgão, sendo dezessete militares, três policiais militares, um policial federal e seis pessoas sem vínculo prévio com a administração pública. Apesar dos esforços da Nova Funai para evitar que os processos de demarcação pendentes cheguem à fase de homologação, enfraquecer os mecanismos de proteção e ação nas reservas indígenas não aprovadas e regularizar formas veladas de arrendamento de terras indígenas para exploração agrícola, mineira e madeireira, o relatório destaca que o anti-indigenismo ruralista do governo Bolsonaro não conseguiu nenhuma mudança legislativa efetiva até o momento (janeiro de 2023). Em particular, o julgamento paradigmático sobre o destino dos povos e comunidades indígenas, e o status de suas terras e territórios, permanece na agenda de uma batalha inacabada, um sinal da capacidade de resistência dos povos

indígenas diante de uma dupla ofensiva da acumulação primitiva e do imperialismo extrativista.

Conclusão

Esse artigo argumentou que o bolsonarismo não deveria ser visto como uma expressão temporária ou passageira de irracionalidade política ou excepcionalismo. Pelo contrário, afirmou que ele deve ser visto como a expressão de uma profunda transformação da estrutura de classes e da dinâmica de desenvolvimento e resistência da acumulação de capital em setores ligados às cadeias produtivas de matérias-primas minerais e agrícolas que têm sido galvanizados em torno do horizonte estratégico de intensificação de um processo de acumulação primitiva na região amazônica.

De fato, como argumentou De Farias entre outros, o bolsonarismo pode ser visto, pelo menos em parte, como resultado de um processo de desenvolvimento e desindustrialização desigual fomentado e alimentado pelo avanço do capital extrativo no Brasil. Esse processo levou a um aborto dos projetos de modernização social avançados pelos ideólogos da “Nova República” na década de 1980. Marcado pela força centrífuga um centro de poder formado no interior do país com a reprimarização das exportações brasileiras, o bolsonarismo não parece capaz de consolidar um novo pacto social que estabeleça um consenso mínimo entre as diferentes classes da sociedade civil. Por outro lado, a esquerda brasileira parece igualmente incapaz de oferecer um horizonte estratégico que reconheça o impasse e a crise em que o país está enredado. Prisioneira de cálculos pragmáticos restritos à dinâmica eleitoral, a ala esquerda da intelectualidade modernizante do Brasil toma como fato inquestionável um quadro institucional formalmente democrático que parece estar em processo de total decomposição. Assim, como argumentou de Farias, as forças da esquerda eleitoral limitam-se a um discurso nostálgico com potencial decrescente de mobilizar as preocupações da classe trabalhadora, particularmente os jovens trabalhadores imersos em espaços urbanos cada vez mais precários.

Esse discurso nostálgico parece ser suficiente para reunir votos entre as camadas mais afetadas pela crise econômica e com uma memória vívida da estabilidade recente, mas um governo Lula III terá menos fichas de barganha para jogar no jogo da política eleitoral se não puder, ou não o fará, porque significaria abandonar em vez de se limitar à reforma do sistema capitalista e abordar de frente as múltiplas contradições de um sistema capitalista em crise. É evidente que nem o retorno ao extrativismo e ao desenvolvimentismo da era neoliberal, nem uma estratégia neodesenvolvimentista de extrativismo progressista e redução da pobreza promovida pelos governos do PT funcionarão no contexto atual. O regime petista teria que pagar caro se optasse por seguir em frente com um programa

limitado à implementação de mecanismos mínimos para reduzir a desigualdade e neutralizar os conflitos sociais, políticas que o partido avançou nos anos 2000. O que é necessário, mas o que evidentemente não está em nenhum lugar no horizonte político, é um caminho para um outro mundo de justiça social e ambiental, uma sociedade pós-capitalista alternativa na qual todos, incluindo especialmente a classe trabalhadora e as comunidades na fronteira extrativista, possam “*viver bem*” em solidariedade social e harmonia com a natureza.

Este é o desafio fundamental que as forças progressistas da esquerda enfrentam: como realizar um processo de transformação estrutural e sistemática no contexto de um populismo de dois gumes de esquerda e direita. Outro desafio para a esquerda brasileira, que, segundo Sadèr, nunca esteve tão unida como no contexto de um sistema em crise, é unificar as diversas forças de resistência aos avanços do capitalismo extrativista, e no contexto específico brasileiro. de um ataque a um dos maiores reservatórios de recursos do mundo na luta contra o aquecimento global, e restaurar a democracia do ataque do populismo autoritário de direita, e restaurar uma política econômica progressista de uma distribuição mais equitativa de renda. Pode-se argumentar que o contexto atual de um sistema em crise e de uma transição verde extrativista pós-desenvolvimento pós-neoliberal em toda a região é favorável a uma oscilação do pêndulo para a esquerda para consolidar uma tendência regional perceptível nessa direção.

Referências

ANDRADE, D. Populism from Above and Below: The Path to Regression in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 7, p. 1470-1496, 2020.

ANTUNES, R. Inglaterra e Brasil: duas rotas do social-liberalismo em duas notas. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 204-212, 2013.

ARELLANO, J. Canadian Foreign Direct Investment in Latin America. **Background Paper**, North-South Institute, Mayo, 2010.

BARRETT, P.; CHÁVEZ, D; RODRÍGUEZ, C. (ed.). 2008. **The New Latin American Left: Utopia Reborn**. Londres: Pluto Press.

BERBEROGLU, Berch (ed.). **The Global Rise of Authoritarianism in the Early 21st Century**. New York y London: Routledge, 2020.

BIN, D. So-called Accumulation by Dispossession. **Critical Sociology**, v. 44, n.1, p. 75-88, 2018.

BORRAS Jr., S. Understanding and subverting contemporary right-wing populism: preliminary notes from a critical agrarian perspective. **Conference Paper 147** (International Conference Authoritarian Populism and the Rural World). The Hague: ISS, March 17-18, 2018.

BORRAS Jr., S.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 402-551, 2012.

BRAZILIAN FORUM OF PUBLIC SECURITY (2022). **Cartographies of violence in the Amazon region: Final report.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Estado y mercado en el Nuevo Desarrollismo. **Nueva Sociedad**, n. 210, Julio–agosto, 2007.

BURCHARDT, Hans-Jürgen; DIETZ, Kristina. (Neo-)extractivism – A New Challenge for Development Theory from Latin America. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 3, p. 468-486, 2014.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and Development in Latin America.** Berkeley: University of California Press, 1979.

CASTAÑEDA, J. G. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 3, p. 28-43, 2012.

COONEY, P. Reprimarization: Implications for the Environment and Development in Latin America: The Cases of Argentina and Brazil. **Review of Radical Political Economics**, V. 48, n. 4, p. 553-561, 2016.

DE FARIAS, L. F. Brasil. Bolsonarismo más allá de las elecciones. **Resumen Latinoamericano**, 27 de julio, 2022.

DELGADO RAMOS, G.C., T. MANCHENO e J. M. RODRÍGUEZ LOPEZ. New Latin American perspectives on sustainable and low carbon societies. Em Engels, A. (Comp.) *Global Transformations towards a Low Carbon Society*, **Working Paper Series**, n. 10, Hamburg: University of Hamburg, 2014.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean.** Santiago: ECLAC, 1991, 2004.

ECLAC. **Capital Flows to Latin America and the Caribbean. Recent Developments.** Washington DC: ECLAC, 2012.

EDWARDS, S. **Left Behind: Latin America and The False Promise of Populism.** Chicago: University of Chicago Press, 2010.

FEARNSIDE, P. M. Soybean Cultivation as a Threat to the Environment in Brazil. **Environmental Conservation**, n. 28, p. 23-28, 2001.

FEARNSIDE, P. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates and Consequences. *Brazilian Amazonia: History, Rates and Consequences.* **Conservation Biology**, v.9, n. 3, p. 680-688, 2005.

GALAFASSY, G.. Megaminería en Patagonia, Argentina, saqueo y nuevos cercamientos en un renovado proceso de acumulación por desposesión. Em Delgado Gian Carlo (ed.) **Ecología política de la minería en América Latina.** Mexico: CEEICH-UNAM, 2010.

GARCÍA, A.; BORBA DE SÁ, M.. Brazil: Development Strategies and Peripheral Conditions. P. 147ff. em VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul (eds.) **The Essential Guide to Critical Development Studies.** London: Routledge, 2021.

GARIBAY OROZCO, C. Paisajes de acumulación minera por desposesión campesina en el México actual. DELGADO, G. C. (ed.) **Ecología política de la minería en América Latina**. Mexico: CEEICH-UNAM, 2010.

GIRVAN, N. Extractive imperialism in historical perspective. PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Extractive Imperialism in the Americas**. Leiden: Brill Books, 2014.

GUTIERREZ, Ed. **The Paradox of Illicit Economies**: How opium and coca transform agrarian markets, violence, and state formation in the developing world. PhD dissertation. Den Haag: Erasmus University, International Institute of Social Studies (EUR-ISS), 2021.

HALL, D. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1582-1604, 2013.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press.

IEDI, Letter 1085, 2003. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1085.html.

INDIGENOUS MISSIONARY CENTRE. *Violence against indigenous peoples in Brazil: data from 2020*. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>, 2021.

KAPOOR, D. (ed.). **Against Colonization and Rural Dispossession**: Local Resistance in South and East Asia, the Pacific and Africa. London: Zed Books, 2017

KRÖGER, M. **Extractivisms, Existences, and Extinctions**: monoculture plantations and Amazon deforestation. London: Routledge, 2012.

KRÖGER, M. Field research notes on Amazon deforestation during the Bolsonaro era. **Globalizations**, v. 17, n.7, p. 1080-3, 2020.

LEIVA, F. **Latin American Neostructuralism**: The Contradictions of Postneoliberal Development. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2008.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

MALHI, Yadvinder; J. TIMMONS ROBERTS; BETTS, Richard; KILLEEN, Timothy; WENHONG, Li; NOBRE, Carlos. Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. **Science**, n. 5860, p. 169-72, 2008.

MARGULIS, S. **Causes of Deforestation of the Brazilian Amazon**. Washington D.C.: World Bank, 2004.

MENDES PEREIRA, J. M. Banking on the poor: The World Bank and the assault on poverty. VELTMEYER, H.; TETREAU, D. (ed.). **Poverty and Development in Latin America**: Ideas, Policies, Pathways. Kumarian Press, 2012.

MILHORANCE, F.. Deforestation in Brazilian Amazon hits highest annual level in a decade. **The Guardian**, 2021-09-11, 2021.

NACIONES UNIDAS. Sustainable Development Goals. 3 September, 2015.

NEXUS. **Public and private**: The division of land in Brazilian territory. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/04/07/P%C3%BABlicas-e-privadas-a-divis%C3%A3o-de-terras-no-territ%C3%B3rio-brasileiro>, 2017

- OCAMPO, J. A., The macroeconomics of Latin America's economic boom. **CEPAL Review**, n. 93, Dezembro, 2007.
- PALEY, Dawn; GRANOVSKY-LARSEN, Simon. 2019. **Organized Violence: Capitalist Warfare in Latin America**. Regina: University of Regina Press, 2019.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Social Movements in Latin America: Neoliberalism and Popular Resistance**. Basingstoke UK: Palgrave Macmillan, 2011, 2013
- RIVERO, S.; COONEY, P. The Amazon as a frontier of capital accumulation: looking beyond the trees. **Capitalism, Nature, Socialism**, v. 21, n. 4, 2010.
- SADER, E. The weakest link: neoliberalism in Latin America. **New Left Review**, v. 52, July-August, 2008.
- SADER, Emir. **The New Mole: Paths of The Latin America Left**. London: Verso, 2011.
- SOSA, M.; M. Zwartveen. 2009. "Accumulation by dispossession: The case of large mining industry in Cajamarca". Water Justice workshop and conference, organized by the Irrigation and Water Engineering Group from Wageningen University in Cusco, Peru.
- STANDING, G. **The Precariat – The New Dangerous Class**. London: Bloomsbury, 2011.
- SVAMPA, M. Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. **South Atlantic Quarterly**, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.
- VALENCIA, L. CCTs as social policy: A critical assessment. VELTMEYER, H.; TETREULT, D. (ed.). **Poverty and Development in Latin America: Public Policies and Development Pathways**. Boulder: Kumarian Press, 2013.
- VELTMEYER, H. Development and globalization as imperialism. **Canadian Journal of Development Studies**, v. XXVI, n. 1, p. 89-106, 2005.
- VELTMEYER, H.; PETRAS, J.. **The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model, or Imperialism of the Twenty-First Century?** London: Zed Books, 2014.
- VELTMEYER, H.; DELGADO WISE, R. **Critical Development Studies: An Introduction**. Halifax: Fernwood Publications, 2018.
- VERGARA-CAMUS, L. **Land and Freedom**. The MST, the Zapatistas and Peasant Alternatives to Neoliberalism. Londres: Zed Books, 2014.
- VERGARA-CAMUS, L.; Kay, Cris. The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 2, p. 415-437, 2017.
- WATKINS, J; GRIFFITHS, G. **Forest Destruction and Sustainable Agriculture in the Brazilian Amazon: A Literature Review**. Doctoral dissertation, The University of Reading. Dissertation Abstracts International, p. 15-17, 2000.
- WEBBER, J. Emancipation by Dispossession? A Rejoinder to Federico Fuentes. n. 136, 2012. Disponível em: <http://isj.org.uk/index.php?id=856&issue=136>.
- WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. WILLIAMSON, J. (ed.), **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.
- WORLD BANK. **World Development Report 2008: Agriculture for Development**. New York: Oxford University Press, 2007.

Sobre o autor

Henry Veltmeyer – Doutor em Ciência Política pela McMaster University. Professor emérito na Saint Mary's University (Halifax, Nova Scotia, Canadá). Professor e pesquisador sobre Development Studies na Universidad Autónoma de Zacatecas. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4967-0585>.

Como citar este artigo

VELTMEYER, Henry. Populismo, Extrativismo e a Transformação Social do Brasil. **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 216-241, jan.-abr., 2023.

Recebido para publicação em 17 de janeiro de 2023.
Aceito a publicação em 23 de fevereiro de 2023.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuéla.
